

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 30/2024, em que são recorrentes **José Junior da Moura Semedo, João Monteiro Mendes e Manuel António Lopes Alves**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 86/2024

(Autos de Amparo 30/2024, José Junior da Moura Semedo, João Monteiro Mendes e Manuel António Lopes Alves v. STJ, admissão a trâmite de condutas atribuídas ao STJ de, através do Acórdão N. 120/2024, ter rejeitado o recurso dos requerentes, por ter, alegadamente, considerado legal a condenação dos recorrentes suportada em declarações de um coarguido, quando estas declarações teriam sido lidas e usadas em violação do disposto no artigo 394, número 1, do CPP, e numa suposta recolha indiscriminada de todos os contactos telefónicos, através dos quais se comunicaram, seja em forma de chamadas recebidas, efetuadas, troca de mensagens, dados de internet, e eventos de rede, para desta forma procurar encontrar um suspeito)

I. Relatório

1. José Junior da Moura Semedo, João Monteiro Mendes e Manuel António Lopes Alves, inconformados com o teor do Acórdão N. 120/2024 e do Acórdão N. 134/2024, de 5 de agosto, ambos prolatados pelo Supremo Tribunal de justiça, impetraram recurso de amparo, arrolando argumentos que sumarizaram da seguinte forma:

1.1. Quanto à admissibilidade:

1.1.1. À semelhança da legitimidade para interpor o recurso, não haveria dúvidas que as questões discutidas visam tutelar os direitos fundamentais violados pelo tribunal recorrido;

1.1.2. Inquestionável seria também a tempestividade da interposição do recurso, dado que teriam sido notificados do Acórdão N. 134/2024, que apreciou a reclamação contra o Acórdão N. 120/2024, no dia 6 de agosto de 2024;

1.1.3. Todas as vias de recurso ordinário permitidas na lei de processo em que a violação ocorreu, teriam sido esgotadas, tendo em conta de que se recorre de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, última instância hierárquica de recurso ordinário;

1.2. Quanto aos factos que fundamentam o seu pedido:

1.2.1. Foram acusados de ter praticado em coautoria, um crime de homicídio agravado na sua forma tentada, p. e p. pelos artigos 21, 22, 26, 122, 123, alínea c) e 124, alínea c), todos do Código Penal (CP) em concurso real com um crime de arma[s], previsto e punível pelo artigo 90, alínea c), da *Lei n.º 31/VIII/2013, de 2 de maio*;

1.2.2. Viriam a ser condenados em 1.^a instância e tendo recorrido dessa decisão para o Tribunal da Relação de Sotavento (TRS) este tribunal julgou o seu recurso parcialmente procedente e condenou: a) Manuel Alves, na pena de 10 (dez) anos de prisão, pelo crime de homicídio agravado, na forma tentada, na pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de prisão, pelo crime de armas e na pena de 1 (um) ano de prisão pelo crime de tráfico de droga de menor gravidade, absolvendo-o do crime de passagem de moeda falsa, e, em cúmulo jurídico; b) João Mendes, na pena parcelar de 10 (dez) anos de prisão pelo crime de homicídio, agravado, na forma tentada e na pena parcelar de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de prisão, pelo crime de armas, e em cúmulo jurídico na pena única de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses de prisão; e, José Semedo, na pena de 10 (dez) anos de prisão, pelo crime de homicídio agravado, na forma tentada, mantendo-se a pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de prisão, pelo crime de armas, e, em cúmulo jurídico, na pena única de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses de prisão;

1.2.3. Protocolaram recurso para o STJ imputando várias ilegalidades à decisão do TRS, mas o seu recurso seria rejeitado na íntegra, confirmando-se a condenação recorrida, com fundamento de que seria legal a condenação dos requerentes, ainda que tendo por base declarações de um coarguido que teriam sido lidas e usadas em violação do disposto no artigo 394, número1, do CPP, porquanto sustentada em prova proibida, em violação dos números 1, 2, 7, 8 do artigo 35 da CRCV;

1.2.4. Na audiência de discussão e julgamento, tendo o arguido Rui Santos se mantido em silêncio, contra a sua vontade e ignorando o disposto no artigo 394, número

1, do CPP, o tribunal determinou que fosse feita a leitura das declarações prestadas pelo mesmo no primeiro interrogatório de arguido detido.

1.2.5. Apesar de se terem insurgido contra esta conduta, tanto na audiência de julgamento como nos seus sucessivos recursos, porque tal prova teria sido usada para suportar a sua condenação, o STJ rejeitou os seus argumentos recorrendo ao que dizem ser uma interpretação extensiva, ou mesmo corretiva, do artigo 394, número 1, do CPP, exercício hermenêutico que estaria vedado pelo artigo 26.

1.3. Na sua avaliação jurídica alegam que,

1.3.1. O STJ ao rejeitar o seu recurso teria assumido a posição de legislador, na medida em que, através de um exercício de exegese, teria concluído que na norma em causa teria faltado acrescentar a expressão “ou”, desrespeitando o disposto no artigo 17, número 2, da CRCV;

1.3.2. As provas que teriam servido de fundamento para a sua condenação seriam provas proibidas por violação dos números 1, 2, 7, 8 do artigo 35 da CRCV, devendo, por isso, a decisão recorrida ser revogada e amparados os direitos fundamentais alegadamente violados;

1.3.3. “O STJ rejeitou o seu recurso considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada por uma decisão que fez uma alteração substancial dos factos provados, considerando provados e suficientemente os elementos subjetivo[s] tendentes a demonstrar que os requerentes agiram de forma livre e deliberada, quando este não constavam da acusação, violando assim o princípio do acusatório, da vinculação temática, da proibição de decisões surpresas, consequente[mente], as garantias de defesa e do processo justo e equitativo”;

1.3.4. Teria ainda considerado “ser legal a condenação suportada em prova proibida, como seja a recolha indiscriminada de ‘todos os contactos telefónicos que estabeleceram correspondência, seja em forma de chamadas recebidas, efetuadas, troca de mensagens, dados de internet, e eventos de rede, (...)’, para, desta forma, procurar encontrar um suspeito”, defendendo esse órgão que isso não vulneraria o disposto no art.º

255º, número 2, do CPP, tese que, na sua opinião, violaria desta forma o princípio do processo justo e equitativo;

1.3.5. Assim como “ser legal a prossecução do processo para julgamento, sem ser dado cumprimento ao disposto no art.º 151º, al. k), do CPP com relação ao coarguido Jorge Júnior Mendes Baessa, considerando que o art.º 305, n.º 2, do CPP de 2021 não impõe ao Ministério Público, a prática de diligência autónoma, como seja ouvir o arguido antes da acusação, convido que est[e] acto/dever-legal fica observado quando o arguido tenha sido ouvido pelo Juiz do acto no 1º interrogatório de arguido detido;

1.3.6. Tese que seria contrária à lei devido à alteração levada a cabo em 2021, pois que o legislador teria definido, com clareza, as normas dos artigos 305, número 2, *in fine*, e 151, alínea k), do CPP, determinando que o MP fosse a entidade judiciária com a competência para ouvir o arguido, obrigatoriamente, antes de deduzir a acusação;

1.3.7. Assim sendo, entendem que, tendo sido acusados em coautoria, o MP não poderia ter preterido tal diligência, porque através dela poderiam ter sido trazidos ao processo factos novos que poderiam impedir/confirmar a prolação da acusação;

1.3.8. Não tendo sancionado tal conduta, o STJ teria limitado os seus direitos fundamentais, designadamente, os direitos ao contraditório, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo.

1.4. Pedem por isso que seja(m):

1.4.1. O seu recurso admitido e julgado procedente;

1.4.2. Anulados o *Acórdão N. 120/2024* e o *Acórdão N. 134/2024*;

1.4.3. Declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 394, número 1, do CPP;

1.4.4. Declarado que a decisão do STJ viola o princípio do acusatório, da vinculação temática, da proibição de decisões surpresa, consequentemente, das garantias de defesa e do processo justo e equitativo;

1.4.5. Declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 255, número 2, do CPP;

1.4.6. Seja declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 305, número 2, *in fine*, e 151, alínea k), do CPP;

1.4.7. Sejam reparados os direitos dos requerentes às garantias de defesa, ao contraditório, ao processo justo e equitativo e à ampla defesa.

1.5. Dizem juntar procuração, duplicados legais e 11 documentos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os direitos invocados seriam passíveis de amparo e os recorrentes teriam legitimidade, porquanto pareceria serem as pessoas afetadas pelos acórdãos recorridos.

2.2. As decisões impugnadas teriam sido proferidas pelo STJ e por isso estariam esgotados todos os meios de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos na respetiva lei do processo.

2.3. Afigurar-se-lhe-ia que a violação foi expressa e formalmente invocada no processo logo que os ofendidos dela tiveram conhecimento e requereram a sua reparação.

2.4. O recurso deveria ser admitido porque estaria provido de todos os pressupostos de admissibilidade.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de setembro e para o dia 17 de outubro, nessa última data se realizou, com a participação dos Venerandos Juizes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do*

direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar

essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subseqüentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para

amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, os recorrentes, além de terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluíram uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integraram um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam o seu pedido;

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço

do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretendem impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entendem terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almejam obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque dizem que:

3.1. As condutas que pretendem impugnar estão consubstanciadas no facto de:

3.1.1. O STJ ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada em declarações de um coarguido, quando estas declarações tenham sido lidas e usadas em violação do disposto no artigo 394, número 1, do CPP, porquanto, sustentada em prova proibida;

3.1.2. O STJ ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada numa decisão que fez uma alteração substancial dos factos provados, considerando provados e suficientemente narrados os elementos subjetivo[s] tendentes a demonstrar que os requerentes agiram de forma livre e deliberada, quando esses factos não constavam da acusação;

3.1.3. O STJ ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação suportada, em prova – proibida – como seja a recolha indiscriminada de “todos os contactos telefónicos que estabeleceram correspondência, seja em forma de chamadas recebidas, efetuadas, troca de mensagens, dados de internet, e eventos de rede, (...)” para desta forma procurar encontrar um suspeito, defendendo que isso não contraria o disposto no artigo 255, número 2, do CPP;

3.1.4. O STJ ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a prossecução do processo para julgamento, sem ser dado cumprimento ao disposto no artigo 151, alínea k), do CPP com relação ao coarguido, Jorge Baessa, pontuando que o

artigo 305, número 2, do CPP de 2021 não impõe ao Ministério Público a prática de uma diligência autónoma, como seja ouvir o arguido antes da acusação, convindo que este acto/dever-legal fica observado quando o arguido tenha sido ouvido pelo Juiz no acto de 1.º interrogatório de arguido detido;

3.2. Tais condutas terão, na opinião deles, lesado os direitos ao contraditório, ao processo justo e equitativo e à ampla defesa;

3.3. Justificando a concessão de amparo no sentido de ser anulado o *Acórdão N. 120/2024* e o *Acórdão N. 134/2024*; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 394, número 1 do CPP; ser declarado que a decisão do STJ viola o princípio do acusatório, da vinculação temática, da proibição de decisões surpresa, consequentemente, as garantias de defesa e do processo justo e equitativo; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 255, número 2, do CPP; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 305, número 2, *in fine*, e 151, alínea k) do CPP; e de serem reparados os direitos dos requerentes ao contraditório, ao processo justo e equitativo, e à ampla defesa.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. Os recorrentes, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogam ser titulares de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, serem pessoas direta, atual e efetivamente passíveis de serem afetadas pelas condutas impugnadas, possuírem legitimidade processual ativa – ainda que não estejam habilitadas a impugnar todos os atos como à frente se enfrentará –, o mesmo ocorrendo com a entidade recorrida que terá praticado o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação

geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, a notificação do *Acórdão 134/2024, de 5 de agosto*, que decidiu o pedido de reparação dos seus direitos fundamentais e de esclarecimentos sobre a decisão recorrida, ocorreu no dia 6 de agosto de 2024;

4.3.2. Considerando que o recurso deu entrada no Tribunal Constitucional no dia 4 de setembro do mesmo ano, o mesmo foi protocolado tempestivamente, tendo entrado exatamente no último dia do prazo.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019 e Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, os recorrentes apresentam como condutas lesivas de direito, liberdade e garantia os atos do STJ consubstanciados no facto de, alegadamente:

5.1.1. Ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada em declarações de um coarguido, quando estas declarações tenham sido lidas e usadas em violação do disposto no artigo 394, número 1, do CPP, porquanto, sustentada em prova proibida;

5.1.2. Ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada numa decisão que fez uma alteração substancial dos factos

provados, considerando provados e suficientemente narrados os elementos subjetivo[s] tendentes a demonstrar que os requerentes agiram de forma livre e deliberada, quando esses factos não constavam da acusação;

5.1.3. Ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação suportada, em prova – proibida – como seja a recolha indiscriminada de “todos os contactos telefónicos que estabeleceram correspondência, seja em forma de chamadas recebidas, efetuadas, troca de mensagens, dados de internet, e eventos de rede, (...)” para desta forma procurar encontrar um suspeito, defendendo que isso não contraria o disposto no artigo 255, número 2 do CPP;

5.1.4. Ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a prossecução do processo para julgamento, sem ser dado cumprimento ao disposto no artigo 151, alínea k) do CPP com relação ao coarguido, Jorge Baessa, pontuando que o artigo 305, número 2 do CPP de 2021 não impõe ao Ministério Público a prática de uma diligência autónoma, como seja ouvir o arguido antes da acusação, convindo que este acto/dever-legal fica observado quando o arguido tenha sido ouvido pelo Juiz no acto de 1.º interrogatório de arguido detido.

5.2. Não assumindo essa fórmula natureza normativa, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso em apreço, os recorrentes referem-se a lesões aos direitos de acesso à justiça, ao contraditório, ao processo justo e equitativo, e à ampla defesa.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, por serem considerados direitos, liberdade e garantias, ou pela sua natureza intrínseca de garantia processual penal ou de direitos análogos;

6.1.2. Assim, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza, dúvidas não persistirão de que se tratam de verdadeiros direitos e garantias fundamentais amparáveis;

6.1.3. Alguns parâmetros não estão definidos da forma mais exata, optando-se por alguns parâmetros genéricos, e deixando-se de fazer menção a certos direitos mais específicos, nomeadamente a garantia de segredo das comunicações e o direito à intimidade da vida privada como base para a arguição de garantia contra a utilização de provas proibidas. Porém, nada que não se possa ajustar, caso este recurso seja admitido.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. No caso em apreço os recorrentes apresentam quatro condutas que imputam ao Supremo Tribunal de Justiça, última instância de recurso dos tribunais judiciais;

6.2.2. Destarte, admite-se que, potencialmente, duas das condutas possam ser imputadas ao STJ, na medida em que este órgão judicial confirmou todas as decisões do TRS com esse teor;

6.3. Contudo, duas das condutas não são atribuíveis ao órgão judicial recorrido:

6.3.1. Em relação à segunda conduta, a de o STJ ter rejeitado o recurso dos requerentes considerando ser legal a condenação dos mesmos suportada numa decisão que fez uma alteração substancial dos factos provados, considerando provados e suficientemente narrados os elementos subjetivo[s] tendentes a demonstrar que os requerentes agiram de forma livre e deliberada, quando esses factos não constavam da acusação, a conclusão só pode ser diferente;

6.3.2. Pois, com efeito, o órgão judicial neste particular não tomou qualquer decisão com o teor indicado pelos recorrentes. Tal conduta quando muito, podia ser imputada ao TRS, já que o STJ, sem fazer qualquer juízo de valor, limitou-se a dizer que a questão já tinha sido apreciada por aqueloutro tribunal em moldes que não permitiram vislumbrar qualquer excesso de pronúncia. A haver conduta atribuível ao STJ teria de ser essa;

6.3.3. O mesmo ocorrendo com a quarta, uma vez que, neste caso, o fundamento decisório do Egrégio STJ não se centrou numa interpretação do artigo 305, número 2, do CPP, mas, antes, na qualificação da invalidade da omissão, já que deixou expressamente consagrado que “tal entendimento, que considera que a falta de audição do arguido pelo Ministério Público, em sede de instrução constitui violação da lei, mas geradora de nulidade sanável, não viola garantia fundamental do arguido, antes se erige como uma solução que o justo e devido equilíbrio e ponderação entre as garantias de defesa do arguido e a eficácia da administração da justiça que não deve ficar sujeita a que situações dessas, se bem que conhecidas pela defesa do arguido, não sejam suscitadas em devido tempo, seja por inércia, seja por mera estratégia processual, levando a que todo o investimento na investigação e responsabilização dos agentes do crimes possam redundar em impunidades injustificadas”. Portanto, está-se perante interpretação notoriamente distinta da que foi impugnada pelos recorrentes, até porque, aparentemente, à parte a questão da qualificação da invalidade, a tese do órgão judicial recorrido é a de que “a falta de arguição do arguido em sede de instrução constitui violação da lei”;

6.3.4. Uma conduta que, de resto, mesmo que fosse atribuível ao STJ, dificilmente poderia conduzir a qualquer violação de direitos de titularidade do recorrente, porque não se consegue estabelecer o modo como uma interpretação no sentido de que o artigo 305, número 2, do CPP de 2021 não impõe ao Ministério Público a prática de uma diligência autónoma, como seja ouvir o arguido antes da acusação, convindo que este ato/dever-legal, pudesse ter esse condão. Na medida em que no entendimento desta Corte, o recurso de amparo é “pessoalíssimo” (*Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, 3.2; *Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido*

em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, 3.5.4; *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 5.4, *Acórdão 25/2020, de 17 de julho, Justino Lopes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2150-2152, 4), esta interpretação relevaria se a alegação fosse de que os direitos de titularidade dos Senhores José Junior da Moura Semedo, João Monteiro Mendes e Manuel António Lopes Alves tivessem sido vulnerados. Partindo do princípio de que não cabe aos recorrentes suscitar violações dos direitos de um terceiro que não recorreu, só se os mesmos eventos produzissem efeitos nocivos sobre os direitos específicos dos recorrentes é que se daria por estabelecida alguma conexão. Não se conseguindo cumprir esse critério, a conduta construída não pode ser apreciada no mérito.

6.4. Por conseguinte, o recurso não é cognoscível quanto a estes segmentos, prosseguimento a análise de admissibilidade somente em relação aos demais.

7. Um pedido de amparo no sentido de ser anulado o *Acórdão N. 120/2024* e o *Acórdão N. 134/2024*; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 394, número 1 do CPP; ser declarado que a decisão do STJ viola o princípio do acusatório, da vinculação temática, da proibição de decisões surpresa, consequentemente, as garantias de defesa e do processo justo e equitativo; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 255, número 2 do CPP; ser declarado que a decisão do STJ viola o disposto no artigo 305, número 2, *in fine*, e 151, alínea k) do CPP; e de serem reparados os direitos dos requerentes ao contraditório, ao processo justo e equitativo, à ampla defesa, pode ser congruente com o disposto nos artigos 24 e 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e com a prática deste Tribunal.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso concreto, pode-se dizer que a alegada violação terá ocorrido com a decisão da Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz, da qual recorreram para o TRS, que confirmou a decisão recorrida, e seguidamente para o STJ;

8.1.2. Por conseguinte, impugnando as condutas alegadamente lesivas logo que delas teve conhecimento.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que, preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Neste caso concreto, o que se observa é que os recorrentes impetraram recurso de todas as decisões dos tribunais que intervieram no processo, alegando a nulidade das condutas impugnadas e, requereram, através de incidente pós-decisório, esclarecimentos e reparação dos direitos fundamentais violados, até excessivamente,

considerando que neste caso seria desnecessário, haja em vista que as mesmas questões já haviam sido suscitadas através do recurso ordinário;

8.2.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.2.4. Nesta situação concreta, considera-se que houve pedido de reparação, colocado duas vezes, através do recurso ordinário e através de incidente pós-decisório – o que é, francamente, desnecessário e pode ter consequências sobre a tempestividade da colocação do recurso, o que o Tribunal, em jeito de alerta, deixa registado mais uma vez –, em todo o caso não se podendo negar que expressamente solicitaram ao tribunal recorrido que reparasse os direitos fundamentais alegadamente violados.

9. Assim sendo, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade analisadas em relação às três condutas fixadas e não afastadas pelo Tribunal, o que não significa que se tenha de admitir o recurso. Particularmente, porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado.

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do

direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido.

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, pp.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC

Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683).

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia.

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente.

9.2. No caso em apreço, não se pode dizer que em relação à primeira conduta seja manifesta a inexistência de violação de direito, liberdade e garantia, o mesmo ocorrendo em relação à terceira.

10. O que também é reforçado em razão da segunda causa, que, dependendo de redação segundo a qual “o recurso não será admitido quando (...) o Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual” permite utilizar a jurisprudência do Tribunal para, ainda na fase de admissibilidade, antecipar uma decisão conforme, poupando o Coletivo de ter de admitir um recurso à partida fadado a não obter provimento.

10.1. Também a este respeito o Tribunal Constitucional já havia travado algum debate no âmbito dos Autos de Recurso de Amparo 6/2016, o qual conduziu à adoção do *Acórdão 3/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, 27 de fevereiro de 2017, pp. 266-271, com um voto vencido do JC Pina Delgado.

10.2. A que se seguiu a prolação do *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), em que se recorreu por unanimidade à alínea f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do Habeas Data para não se admitir um recurso de amparo, remetendo a decisões de mérito em que se rejeitou, por decisão transitada em julgado, recursos com objeto substancialmente igual.

10.3. Do que decorre que em situação nas quais exista jurisprudência sedimentada do Tribunal Constitucional em relação a uma determinada matéria e ocorrendo interposição de recurso de amparo com objeto substancialmente igual considerando o pedido e a causa de pedir, seria legítimo a esta Corte não-admitir o recurso com fundamento na inutilidade da admissão do recurso de amparo por força da existência de orientações firmes e assentadas já manifestadas em outros acórdãos de mérito;

10.4. Não é o que acontece neste caso concreto, considerando que o Tribunal nunca teve a oportunidade de se pronunciar no mérito sobre as questões específicas que foram colocadas pelos recorrentes;

10.5. Assim sendo, entende-se que o recurso de amparo interposto pelos recorrentes é admissível, mas restrito às duas condutas cognoscíveis, não concorrendo qualquer causa que pudesse levar a não ser conhecido no mérito em relação às mesmas.

III. Decisão

Nestes termos, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem admitir a trâmite a condutas de o:

- a) O Supremo Tribunal de Justiça, através do *Acórdão N. 120/2024*, ter rejeitado o recurso dos requerentes, considerando ser legal a condenação dos mesmos

suportada em declarações de um coarguido, quando estas declarações teriam sido lidas e usadas em violação do disposto no artigo 394, número 1, do CPP, porquanto, sustentada em prova proibida, por eventual violação da garantia ao processo justo e equitativo e do direito à liberdade sobre o corpo;

- b) O Supremo Tribunal de Justiça, através do *Acórdão N. 120/2024*, ter rejeitado o recurso dos requerentes, considerando ser legal a condenação suportada, em prova que seria proibida, como seja a recolha indiscriminada de todos os contactos telefónicos através dos quais estabeleceram comunicação, seja em forma de chamadas recebidas, efetuadas, troca de mensagens, dados de internet, e eventos de rede, para desta forma procurar encontrar um suspeito, por alegada violação das garantias de segredo das comunicações e de nulidade de proibição de provas obtidas mediante abusiva intromissão nas comunicações.

Registe, notifique e publique.

Praia, 25 de outubro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 25 de outubro de 2024.

O Secretário,

João Borges